

PALAVRAS DE ORDEM

A greve dos petroleiros e a reportagem que não houve

O discurso autoritário, o jargão, o lugar comum caracterizaram a cobertura da mídia à greve dos petroleiros: excedeu-se na encenação e esqueceu-se do jornalismo

“Eu li há dias no Jornal do Comércio um artigo em que se fala dos interesses do produtor, do consumidor e do intermediário; falta falar do interesse do boi, que também deve pesar alguma coisa na balança da República. O interesse do produtor é vendê-lo, o do consumidor é comprá-lo, o do intermediário é impingi-lo; o do boi é justamente contrário a todos três. Ao boi importa pouco que o matem em nome de um princípio ou de outro da livre concorrência ou do monopólio. Uma vez que o matem, ele vê nisso, não um princípio, mas um fim, e um fim de que não há meio de escapar.” (Machado de Assis)

O CENÁRIO

A ninguém de bom senso parece ocorrer idéia tão absurda como a de que ajustes econômicos e formação de novos consensos de poder deixem de provocar alguma dor, e mesmo fortes decepções. Admitamos, pois,

que em países onde existe empenho para o alinhamento junto ao novo clube da periferia desenvolvida, acidentes de percurso devam ser tratados com a naturalidade determinista do fato inevitável. A teoria social, nestes casos, não operou, ainda, o milagre modernizador de se fugir da rígida lei das cotas de sacrifício, das alianças políticas inexplicáveis, das concessões que afrontam, mas são rapidamente absorvidas e justificadas como requisitos para um devir mais justo; o encontro, enfim, das terras do bem-virá.

Fixemo-nos no termo concessões, visto que em sua exata simetria está o processo legal que rege a política de comunicações no Brasil, particularmente no tocante aos meios eletrônicos. E este é o assunto último deste artigo.

A palavra concessão possui um campo semântico que, no caso de nosso interesse, produz ao menos duas significações complementares e integradas. Uma, de natureza constitucional: o governo concede o direito ao interessado para a exploração de estações de rádio e televisão. Outra, de alcance ético, pois conceder diz respeito a atos entre partes interessadas, mas que possuem relações assimétricas. Leiam-se, aqui, relações de dependência. O concedente, sendo dono, doa ou, sob certas circunstâncias, retira do operador o que foi concedido. Doações podem ser devolvidas — no caso

O AUTOR

Adílson Odair Citelli

Professor Doutor do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP. Especialista em Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação. Autor do livros: **Linguagem e persuasão** (Ática); **O romantismo** (Ática) e **O texto argumentativo** (Scipione).

Márcio Baraldi



com a mesma constância com que se descobre um diamante de sete quilates — quer porque o operador perdeu o interesse no negócio quer por haver entendido que pequenas rebeliões estariam fadadas ao fracasso. Assim, o jogo fica interessante, visto o fato de as partes menos disputarem forças e mais exercitarem intrincadas composições para que não se precipite o xeque-mate.

A tendência dos jogadores é para a manutenção do contrato. E as concessões tendem a ser renovadas. A partida, é verdade, não tem esta pequena dimensão maniqueísta na qual, por ser dono, o senhor é sempre absoluto. Casos há em que o operador vira o seu próprio senhor e passa a manter com os consensos momentâneos de poder um jogo ampliado. Deste modo, se o governo-criador possui uma importante moeda para ser usada como concessão, agora nos dois sentidos anteriormente definidos, o operador-criatura, seja pela sua competência seja por alguma benção divina mal registrada nos livros de História, e mesmo pelo amálgama destes dois fatores, pode funcionar como elemento de pressão, parceiro avaliador, mestre de cerimônias etc., dos grupos que circunstancialmente gerenciam o Estado.

Tal “dinamismo de interesse” parece cada vez menos criar constrangimentos ou sobressaltos nas relações entre concedentes e operadores. O episódio recente da glorificação e queda de Fernando Collor é disto um bom exemplo. Atentem-se para as piruetas editoriais de algumas de nossas redes de rádio e televisão engajadas, com toda a força dos pulmões de seus locutores e encantamentos imagéticos dos telejornais, tanto na eleição do caçador de marajás quanto na sua derrubada.

E isto sem custo ideológico, político ou comercial algum, visto que ao sincronizar o *timing* das empresas ao da provação pessoal do senhor das Alagoas, tais meios de comunicação fizeram ajustes retóricos de percurso e passaram a falar a linguagem do novo país, que, em boa medida, já circulava pela imprensa escrita. Assim, caminham juntas as buscas de alternativas institucionais para reorganizar o Estado e os apelos dos telejornais pelo fim da corrupção, pelo bom trato da coisa pública, pelo gesto patriótico de compor um novo governo de união nacional. Como titularia Federico Fellini: **E la nave vá.**

O dinamismo de interesses faz com que se cruzem constantemente razões de Estado e de várias redes de televisão, ou vice-versa. Por isso, ao assistir a um telejornal, o espectador pode estar no meio de um drama incestuoso no qual o Pai Estado come/ é comido pelo Filho: o produto deste encontro é o hibridismo de uma espécie informativa que parece gestada nalgum escritório de *marketing*.

É compreensível que muitas vezes fiquemos na dúvida se o noticiário e os comentários dos especialistas em economia ou política que desfilam pela meia hora do jornal das oito estão apenas realizando a já mencionada solidariedade entre pares, amplificando a voz da confraria dos amigos, ou prestando algum serviço público relevante, fazendo, por exemplo, jornalismo.

Também ficamos sem saber — visto tratar-se de um assunto de bastidor que nunca se apresenta ao espectador, ou consumidor para usar léxico tratado diferentemente e com peso e força variada segundo diferentes circunstâncias, se Estado e, por exemplo, a **Rede Globo**, se completam por se temerem. Mas, há outra hipótese. Desenvolveram entre eles laços de mútuo respeito por se conhecerem tão a fundo a ponto de se odiarem: sabem uns e outros das pequenas vilezas de que são capazes numa eventual batalha de submissão. Nisto tudo, particularmente a referida Emissora tende a levar uma pequena vantagem, afinal os consensos governamentais passam e ela fica. Para tanto, conta com a colaboração do Congresso, formado por Deputados e Senadores, cuja efêmera glória pode ter a duração de um mandato. O Legislativo não apenas renova concessões como procede homenagens pelos trinta anos de reta e dedicada folha de serviços prestadas pela Emissora ao desenvolvimento nacional.

O único problema, se existe algum neste caso, é que a Vênus Platinada corre o risco de, entre afagos e homenagens oficiais, ver-se naquela incômoda situação tão execrada nos dias correntes de participar do solitário reinado do — para recorrer a um jovem termo usado por gregos e latinos — *monopólion/monopoliu*, expressão que, circunstancialmente, pode trazer consigo a **Marca da Maldade**, para usar o título de um filme de Orson Welles, criador do clássico **Cidadão Kane**.

OS DADOS

Em uma série de artigos escritos à **Folha de São Paulo** e mesmo a esta **Revista Comunicação e Educação**¹, Elvira Lobato tem mostrado as complexas inter-relações existentes entre Estado promotor de concessões de veículos de comunicação eletrônicos e os interesses políticos e pessoais de figurões da República, a formação de oligopólios, a pura infringência da legislação, ou sua utilização escoreita, para a construção dos impérios de comunicação no país. A jornalista arrola como controladores dos meios eletrônicos, as famílias Marinho (**Rede Globo**), Sirotsky (**Rede RBS**), Abravanel (**SBT**), Saad (**Bandeirantes**), Câmara e Bloch (**Manchete**), Daou (**TV do Amazonas**), Zahran (**Grupo Zahra**), Queiroz (**Grupo Verdes Mares**). E entre os políticos a lista é longa. Inclui ex-presidente, ex e atuais deputados e senadores, ex e atuais governadores, ex e atuais ministros. É impressionante como entre os graúdos da República existe clara identidade vocacional. Podem ter suas diferenças políticas, mas estão absolutamente irmanados no duro ofício de trabalhar com o ramo das comunicações. Basta lembrar, para não cansar o leitor, os nomes de Fernando Collor de Mello, José Sarney, Albano Franco, Roseana Sarney Murad, Antônio Carlos Magalhães, Inocêncio de Oliveira, José Eduardo de Andrade Vieira. Este último, atual ministro da Agricultura e sócio majoritário da

1. LOBATO, Elvira. *Raio X das telecomunicações*. **Revista Comunicação e Educação**. n.3. São Paulo: CCA-USP/Moderna, 1995. p.36.

CNT, em decorrência de um problema havido com a apresentadora Marília Gabriela, chegou ao cúmulo de enviar carta ao leitor, da **Folha de São Paulo**, onde num parágrafo se desculpa do mal entendido e noutra fala abertamente do projeto de crescimento da CNT. E isto não estando, mas sendo um ministro da República.

Em trabalho recente, o professor José Carlos Rocha², que trabalha com Ética e Legislação do Jornalismo, amplia esta discussão e mostra as gritantes irregularidades que se já cercavam os meios eletrônicos ameaçam, agora, a própria distribuição das TVs a cabo.

E aponta que, das 59 estações de TV a cabo já em funcionamento, as organizações Globo têm o controle direto sobre 41, sendo sócias de outras 11, através da NET Brasil e da NET São Paulo. O professor Rocha lembra, ainda, que existe, neste caso, uma óbvia e primeira inconstitucionalidade, pois o Parágrafo Quinto do Artigo 220 da Constituição Brasileira enuncia: "são vedados o monopólio e oligopólio direto ou indireto, nos meios de comunicação social".

Seria suficiente para impedir a **Globo** de fazer parte do seletivo grupo de investidores que tem à sua disposição um mercado aproximado de US\$ 63 bilhões. Não entanto, graças à lei da TV a Cabo, nº 8.977, de fevereiro de 1995, cujo texto "se revela um saco de inconstitucionalidades contundentes em flagrante descaso à Constituição"³, torna-se possível à **Globo** controlar 75% das TVs a Cabo, ou seja, algo em torno de 4.340 novos canais, em concessões que duram 15 anos.

Talvez isto ajude a entender um pouco melhor a fúria reformista da Constituição que se abateu sobre o país, misturando às óbvias necessidades de se alterar, emendar e ajustar o texto ao novo quadro nacional e internacional, as vozes tonitruantes de um exército de

oportunistas e interessados em reconstruir, sob a capa modernizadora e de inclusão na nova ordem mundial, outras formas de corporativismo e privatização do aparelho estatal. Agora, no entanto, a voz que clama possui coturno alto e está equipada com recursos técnicos eficientes e de enorme capacidade retransmissora. Possivelmente a guerra contra os monopólios/ oligopólios dos "outros" tenha sido encampada com tanto vigor pelos meios eletrônicos porque pimenta nos olhos do vizinho é frescor.

O CASO

As observações postas nos tópicos anteriores parecem preliminares importantes para tratarmos de nossa questão central: o discurso do **Jornal Nacional** nos últimos dias da greve dos petroleiros.

O movimento paredista que durou um mês, entre maio e junho de 1995, tem recebido uma série de análises. Desde aquelas que mostram a falência das atuais estruturas sindicais, passando por outras mais sutis que reconhecem ter ocorrido uma queda de braço entre forças institucionais, até os juízos acerca dos malefícios causados pelo corporativismo. Pela extensão e significado político da greve, que não está em nosso escopo verificar, compreende-se que toda a sorte de vaticínios, afirmativas, enunciados mais ou menos genéricos, tentativas de teorização estejam sendo feitos e devam continuar a sê-lo.

Afinal esta foi uma greve peculiar, não por ter durado um mês e trazido os problemas conhecidos — movimentos semelhantes já ocorreram no país sem que tivessem provocado tanto trauma —, mas pela singularidade de um momento: o da reforma constitucional e da votação da emenda que terminou por quebrar o monopólio do petróleo⁴.

2. ROCHA, José Carlos. *A luta pela democratização da comunicação no Brasil*. Revista ADUSP, n.2. São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, 1995.

3. Idem. p.40.

4. Este artigo foi escrito após a aprovação da emenda em primeiro turno.

Daí a sensação, em muitos, de que foi a greve errada, na hora imprópria, conduzida de maneira equivocada.

No entanto, pouco se tem falado como a greve dos petroleiros foi tratada pelos grandes veículos eletrônicos. Questão espinhosa, visto requisitar uma viagem pelo interior dos próprios meios de comunicação. Se a greve provocou uma série de perdas e dificuldades ao cidadão, às finanças do país, ao governo e aos sindicatos, é necessário acrescentar à lista o constrangimento resultante do tipo de cobertura a que se prestaram, especialmente, algumas redes de televisão.

Estando aqueles acontecimentos marcados, ainda, pelo calor do momento, fixemos um caso e façamos em torno dele algumas reflexões com o intuito de iniciar o debate.

Acompanhar o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, nos últimos dias da greve foi um exercício tão irritante quanto educativo. De um lado, o acintoso processo persuasivo que desejava convencer a todos de que alguns baderneiros pretendiam reviver os velhos tempos da República sindicalista. De outro, a construção de uma nova modalidade de manual de redação: o de como não se deve fazer jornalismo.

Promoveriam, aliás, enorme bem aos seus alunos as Escolas de Jornalismo que apresentassem as edições do **Jornal Nacional** que foram ao ar na última semana da greve — e isto bastaria. O objetivo seria aprender, pelo avesso, como se pode fazer jornalismo. O exercício de negação seguramente permitiria que temas como ética e informação, técnica e manipulação surgissem com grande força.

Por exemplo, existe um verbete em qualquer manual de redação que manda o repórter ouvir as partes envolvidas quando ocorre conflito de interesses. No caso que estamos tratando havia, pelo menos, três lugares discursivos centrais: o governo, a

Petrobrás e a Federação Única dos Petroleiros. O que se assistiu nos dias que antecederam ao final da greve foi o quase desaparecimento desta última voz. E pior, além da dominância discursiva estar na locução direta do governo, quer através de seus porta-vozes autorizados quer através dos informais, no caso repórteres e comentaristas da própria Emissora, a fala dos sindicalistas, quando surgia, era difusa. Resultava ou de inserções mal-humoradas, antipáticas — considerado o contexto conversacional — ou das entrevistas de representantes sindicais que estavam francamente contra o movimento paredista. Em alguns programas havia mais tempo para Luís Antônio de Medeiros, da Força Sindical, que estava contra a paralisação, do que para Antônio Carlos Spis, líder dos grevistas e Coordenador da Federação Única dos Petroleiros.

No afã de ser mais governista do que o próprio governo, aspecto no qual a Emissora tem sido absolutamente coerente ao longo de todos estes anos, produziram-se, ainda no que se refere ao tópico “ouvir todos os lados”, situações constrangedoras. E, no caso, indo contra até mesmo a competência profissional e a qualidade técnica acumuladas pela Globo.

Uma das edições da semana a que estamos nos referindo, abriu com a manchete lida por Cid Moreira e cujos termos aproximados foram: Guerra de números na greve dos petroleiros.

Guerras, normalmente, envolvem partes. Esperava-se, pois, que os números fossem dispostos para comparações. Tanto por uma questão de lógica enunciativa como para não enganar o telespectador. O “consumidor” de notícias, aquele a quem o mercado de informação deve todo o respeito, tinha o direito de contrapor os dados do governo aos da FUP. Mas, sobreveio a surpresa. A “guerra” transformou-se em apre-

sentação de uma tabela cuja única e exclusiva fonte era o governo. No meio da batalha de Itararé ficamos sabendo que crescia o número de refinarias em funcionamento, diminuía o contingente grevista, aumentava a produção de petróleo.

O expediente técnico de formatar o telejornal pelo princípio da reiteração, isto é, pela repetição, dia após dia, da mesma estrutura de apresentação, igualmente cumpria função educativa. A questão da greve era disposta sempre em três núcleos organizativos: apelo emocional, relato dos fatos, ameaça.

No primeiro caso, lá estava sempre, na fila do gás, o aposentado ou a senhora sexagenária à espera do produto para poder esquentar a mamadeira da netinha que já estava há alguns dias com refeição irregular. Possivelmente, não há nada de errado com estas cenas. Afinal elas são notícia, não foram inventadas — deixemos de lado questões de edição e de fabricação da informação —, mas reiteradas todos os dias acabaram ficando mais fortes do que o móvel que as produzia. Vale dizer, as pessoas que sofriam nas filas estavam lá em função de uma greve, que, até certo momento, encontrava-se tramitando na Justiça, que possuía uma certa pauta de reivindicações, que elevava a combustão política do país, que resultava de um acordo firmado com funcionários da República etc. Noutros termos, restaram as filas, o constrangimento e o sofrimento do cidadão comum.

Após o apelo emocional vinham os fatos envolvendo propriamente a greve, cuja marca fundamental era a da elisão da voz dos petroleiros.

Por último, Alexandre Garcia, em tom sério e escudado na competência de ser o comentarista político da Emissora, falando diretamente de Brasília, tendo ao fundo símbolos da República como o Palácio do Planalto ou o Congresso Nacional, fazia sua curta e grossa perora-

ção. O tom quase profético de quem diz do alto soava operisticamente, caminhando sempre para a apoteose. O *grand finale* ameaçador, movido a críticas à greve, à inevitabilidade das demissões, à preparação de novos contingentes de trabalhadores para ocuparem os postos de trabalho nas refinarias, tornaram-se matéria prima e única do analista político da **Globo**. Enfim, um espetáculo.

O *Jornal Nacional* mais uma vez cumpriu a sua função. Como um Rommel tropical comandou o efeito *blitzkrieg* a partir do aprazível Jardim Botânico. Ganhou a *Globo* e a crença de que só vale a pena fazer jornalismo quando movido por “palavras de ordem” reiteradoras do discurso oficial. Perde o esforço de se construir uma imprensa que estabeleça com o “consumidor” compromissos instruídos por procedimentos éticos e de relevância informativa.

A CONSEQÜÊNCIA

A questão não está em reconhecer, resignadamente, que a **Globo** é assim mesmo. Senão poderemos acabar aceitando como fato natural que a República resulta da somatória de Estados paralelos: o do monopólio da informação, o das corporações, o do crime organizado etc.

Espera-se da imprensa, em países democráticos, especialmente aquela com o alcance, impacto e importância da veiculada eletronicamente, a equidade de posse e acesso aos meios, assim como a dominância de um discurso polêmico. Esta modalidade discursiva permite que os mecanismos persuasivos se construam dentro de um circuito não excludente. Persuasão, neste caso, deixa de ser sinônimo de engodo para se transformar em instância socialmente legitimada. Isto é, os interesses, valores, conceitos, dos grupos, classes e segmentos sociais podem entrar nu-

ma relação de disputa, dialógica, afirmando ou negando conjuntos de argumentos. Posto de outro modo, a aceitação de certas vozes resulta do desempenho discursivo nascido de turnos dialógicos, de atores sociais que refazem os significados dos signos animadores do debate. A aceitação de uma das linhas argumentativas neste movimento plural indica que certos processos demonstrativos foram reconhecidos como válidos. Um determinado dizer tornou-se consensual, teve admitida, portanto, a justeza de suas afirmações. Claro está que, havendo mediação dos veículos de massa, é pressuposto para o exercício do discurso polêmico a equidade de acesso à fonte emissora.

O que se viu e ouviu durante a greve foi algo diverso. Como a modalidade discursiva não era polêmica, mas autoritária — no sentido dado ao termo pela Análise do Discurso —, as negociações argumentativas e de presença nos veículos de massa foram negadas em virtude da existência de uma única “boa razão”: a do governo, dos seus apoiadores e do *Jornal Nacional*. Jürgen Habermas diria que a manipulação instrumental triunfou sobre o entendimento comunicativo⁵.

O consenso sobre a incúria dos petroleiros nasceu, portanto, sobre atos comunicativamente coercitivos. A metonímia e a sinédoque tornaram-se figuras condutoras do processo. Todos estavam contra a greve, ainda que o ponto da generalização pudesse ser o depoimento de um motorista com dificuldades para abastecer seu carro e mesmo a dona de casa postada numa longa fila para comprar um botijão de gás.

Para recorrer à retórica do direito: não havia contraditório. Nenhum argumento contrário, nada acerca do acordo assinado durante o governo Itamar Franco e que permitia aos petroleiros reivindicar — para eles —, certos direitos e para os que tinham acesso à mídia, privilégios. O papelucho assinado por autoridades da República deixou de ter valor sem que a opinião pública soubesse muito bem a razão. É mesmo possível que não passasse de um termo, sem alcance legal, como entendeu o Tribunal do Trabalho. No entanto, o sentido investigativo do **Jornal Nacional** e de parte significativa da imprensa, cujo objetivo último parece ser, para usar termo corrente e positivado por ele mesmo, o de dar ao “consumidor” direito pleno à informação, revelou-se, mais uma vez, inapetente. Optou-se, ao contrário, por procedimentos comunicativos instruídos pela política da terra arrasada. O jargão, o lugar comum, “as palavras de ordem”, o apelo emocional, a descrição de cenas patéticas, tudo amalgamado para mostrar que as razões do Estado e do **Jornal Nacional** reduziam-se a um mesmo termo: quebrar a espinha dos petroleiros, da CUT e de todos os que apresentassem algum grau de discordância com os rumos da reforma constitucional. Ou para descer aos termos guerreiros que frequentavam o vocabulário de vários dos comentaristas do **Jornal Nacional**: os inimigos das reformas.

A estratégia foi boa e alcançou o que Perelman e Tyteca têm chamado de assentimento do auditório universal⁶. A questão é que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo. Tornando-se porta-voz do governo, o **Jornal Nacional** — e o enunciado vale para demais similares da imprensa — deixou de fazer jornalismo.

5. HABERMAS, J. *Excurso sobre teoria de la argumentación*. In: **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.
6. PERELMAN & TYTECA. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique**. (Tratado de argumentação. A nova retórica). Bruxelles: Univ. Bruxelles, 1976.

Escolhendo o signo unidirecional, a modalidade autoritária do discurso e a discriminação pura e simples dos grevistas, a *Globo* pode ter cumprido um papel importante para os interesses do consenso governamental, dos objetivos neoliberais, da expectativa de um redirecionamento das formas de organização do Estado brasileiro, mas de novo deu lições de subserviência — ou seria de simples e pura parceria? — e de mau jornalismo. O país, infelizmente, terá que esperar mais um pouco para estabelecer as bases dialógicas necessárias para construir o Estado democrático.

É possível retirar, do modo como a greve dos petroleiros virou notícia, um

último ensinamento. O da urgente e necessária discussão acerca dos oligopólios e do monopólio que caracterizam os veículos de comunicação eletrônicos. A relação incestuosa criada pelo Estado concedente de estações de rádio e canais de televisão com os apadrinhados e oportunistas de toda sorte, talvez se constitua, hoje, num dos principais obstáculos para se configurar no Brasil uma sociedade na qual o termo abertura não se vincule apenas aos novos moldes de inserção na economia mundial, mas reflita integralmente a quebra da centralização e do fechamento que têm caracterizado o nosso mercado de informação. É disto, para usar outra “palavra de ordem”, que a revisão constitucional deve tratar preliminarmente.